

UMA ABORDAGEM DA HISTORICIDADE DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

LÚCIA PINTOR SANTISO VILLAS BÔAS

Pesquisadora do Centro Internacional de Estudos em Representações Sociais,
Subjetividade e Educação do Departamento de Pesquisas Educacionais
da Fundação Carlos Chagas
lboas@fcc.org.br

RESUMO

O artigo pretende enfatizar a historicidade das representações sociais como aspecto fundamental para a compreensão de seus processos de generatividade e de estabilização de conteúdos. Para tanto, considera que as representações sociais são resultado, de um lado, da reapropriação de conteúdos advindos de períodos cronológicos distintos e, de outro, daqueles gerados por novos contextos. Assim, são apresentados aspectos de reciprocidade entre representações sociais e a perspectiva da história das mentalidades enfatizando que os processos de objetivação e de ancoragem, formadores das representações sociais, são privilegiados para a investigação dessa historicidade.

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS – HISTÓRIA – PSICOLOGIA SOCIAL

ABSTRACT

AN APPROACH TO THE HISTORICITY OF SOCIAL REPRESENTATIONS. The article aims to emphasize the historicity of the social representations as a basic aspect for the understanding of their processes of generativity and of stabilization of contents. For so, it considers social representations as the consequence, on the one hand, of the appropriation of contents from chronological different periods and, on the other hand, from those contents produced by new contexts. Therefore, the article presents some aspects of the reciprocity between social representations and history of mentalities in order to emphasize that the processes of objectivation and anchorage, which are constitutive of the social representations, are privileged processes for the investigation of this historicity.

SOCIAL REPRESENTATIONS – HISTORY – SOCIAL PSYCHOLOGY

A historicidade¹ das representações sociais se caracteriza pelo fato de que elas, ao serem apresentadas como uma “modalidade de conhecimento particular que tem por função a elaboração de comportamentos e a comunicação entre indivíduos” (Moscovici, 1978), são alimentadas tanto por conhecimentos oriundos da experiência cotidiana como pelas reapropriações² de significados historicamente consolidados e que, *grasso modo*, fazem parte daquilo que Hobsbawm (1997) denominou “tradição inventada”³.

Essa reapropriação do passado, longe de ser estática, é permeada por certa plasticidade na medida em que cada geração altera, ou não, o sentido e a compreensão dos conhecimentos preexistentes e dos significados historicamente consolidados⁴. Ou seja, cada contexto atual seleciona um conteúdo do passado que será reatualizado por meio de um recorte e de uma interpretação

-
1. Entende-se, pelo termo, a condição daquilo que é histórico, sendo a historicidade algo que se constrói e não um conteúdo dado e imutável.
 2. Utiliza-se aqui o termo reapropriação conforme entendido por Gurza Lavalle (2004), para o qual a permanência, em um contexto atual, de um elenco de “temas” produzidos no passado não implica continuidade no terreno dos “problemas”, ou seja, nas “formas específicas de abordagem a partir das quais está sendo reconstruído e compreendido o tema” (p. 69).
 3. Consoante Hobsbawm (1997), por “tradição inventada” entende-se um “conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através de repetição, o que implica automaticamente, uma continuidade em relação ao passado” (p. 9).
 4. Para Schaff (1995), um dos problemas do século XX, que fascinou os teóricos da história, refere-se ao fato de que cada geração possui a sua própria visão do processo histórico. As explicações para isso foram, segundo ele, formuladas nos seguintes termos intercambiáveis entre si: a reinterpretação da história ocorre tanto devido às variadas necessidades do presente como aos efeitos dos acontecimentos do passado que emergem no presente. Contudo, essa variabilidade não afeta a objetividade do conhecimento histórico visto que “desde o momento em que se toma o conhecimento histórico como processo e superação das verdades históricas – como verdades aditivas, cumulativas – compreende-se o porquê da constante reinterpretação da história, da variabilidade da imagem histórica; variabilidade que, longe de negar a objetividade da verdade histórica, pelo contrário a confirma” (p. 277). Ora, se se entende, por História, uma forma de conhecimento indireto do passado indicando “tanto a narração dos acontecimentos como os próprios acontecimentos” (Lalande, 1993, p. 471), estando ela, portanto, propensa aos limites impostos por esse mesmo conhecimento, tem-se que, a interpretação desse passado, torna-se dependente do contexto atual de onde advém sua característica plástica.

própria, dependentes, em última instância, do sentido que um determinado grupo irá atribuir ao seu espaço de experiência e horizonte de expectativa⁵.

Ora, se, como afirma Marková (2006), o escopo teórico das representações sociais pressupõe que seus conteúdos sejam estruturados – e um dos objetivos da teoria é justamente identificá-los e analisá-los – a consideração de sua historicidade é fundamental para a compreensão dos processos de generatividade e de construção de estabilidade, haja vista que as representações sociais são tanto fruto da reapropriação dos conteúdos advindos de outros períodos cronológicos como daqueles gerados pelos novos contextos, o que faz com

-
5. De acordo com o historiador alemão Reinhart Koselleck (2006a), “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa” são categorias formais de conhecimento que fundamentam a possibilidade de uma história sem, contudo, transmitirem uma realidade histórica *a priori*, pois “todas as histórias foram constituídas pelas experiências vividas e pelas expectativas das pessoas que atuam ou que sofrem. Com isto, porém, ainda nada dissemos sobre uma história concreta – passada, presente ou futura” (p. 306). Para o autor, “a experiência é o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados. Na experiência se fundem tanto a elaboração racional quanto as formas inconscientes de comportamento, que não estão mais, ou que não precisam mais estar presentes no conhecimento. Além disso, na experiência de cada um, transmitida por gerações e instituições, sempre está contida e é conservada uma experiência alheia. Nesse sentido, também a história é desde sempre concebida como conhecimento de experiências alheias” (p. 309-310). É desse espaço de experiência, construído por meio do conhecimento histórico produzido, ou vivenciado, que se irá projetar um futuro em que se estabelece um horizonte de expectativa, horizonte, este que “se realiza no hoje, é futuro presente, voltado para o ainda-não, para o não-experimentado, para o que apenas pode ser previsto. Esperança e medo, desejo e vontade, a inquietude, mas também a análise racional, a visão receptiva ou a curiosidade fazem parte da expectativa e a constituem” (Koselleck, 2006a, p. 310). Da tensão, portanto, entre experiência e expectativa é que se constrói o tempo histórico, constituído no entrelaçamento entre aquilo que se entende por passado e o que se vislumbra como futuro. Vale ressaltar que o filósofo alemão Hans-Georg Gadamer (2002) também trabalha com o par “experiência e horizonte”, ainda que com outra preocupação. Para esse autor, experiência “não se refere somente à experiência no sentido do que este ensina sobre tal ou qual coisa. Refere-se à experiência em seu todo. Esta é a experiência que cada um constantemente tem de adquirir e a que ninguém pode se poupar. A experiência é aqui algo que faz parte da essência histórica do homem. Ainda que se trate de um objetivo limitado, da preocupação educacional, como a que os pais têm pelos seus filhos, preocupação de poupar alguém de determinadas experiências, o que é a experiência, em seu conjunto, não é algo que possa ser poupado a alguém. Nesse sentido, a experiência pressupõe necessariamente que se desapontem muitas expectativas, pois somente é adquirida através disso” (p. 525). Sobre as possibilidades de articulação dos conceitos “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa” à teoria das representações sociais, ver Villas Bôas (2008).

que elas se estabeleçam, concomitantemente, como pensamento constituído e constituinte (Suárez Molnar, 2003).

Essa constatação gera a necessidade de discutir as representações sociais também como fenômenos “psico-históricos” dissipando a impressão de que elas se apresentam ou como um “*corpus* organizado”, esperando pelo uso da ferramenta metodológica adequada para serem desveladas (Di Giácomo, 1987), ou como produto de uma espécie de “universal abstrato”, estabelecidas em um contexto anistórico.

Não obstante a importância do estudo da historicidade das representações sociais para a compreensão de seus processos de gênese e de construção da estabilidade de seus conteúdos, este é um aspecto que, sem ser novo, ainda resta pouco explorado como evidenciam os trabalhos de Castorina (2007), Villas Bôas e Sousa (2007), Jodelet (2003), Bertrand (2003, 2002), Moliner (2001) e Rouquette e Guimelli (1994). De modo geral, as investigações sobre representações sociais tendem, muito mais, a enfatizar a ação das práticas cotidianas na análise do estado atual de uma determinada representação do que seu processo de gênese e de estabilização em que é fundamental o papel dos determinantes historicamente constituídos.

Em que pese a importância dessas discussões, a compreensão da dinâmica das representações sociais, bem como dos mecanismos que a constituem, obriga a que se analise sua historicidade sob risco de considerá-las um fenômeno anistórico constituído em um contexto genérico o que, de modo geral, tem contribuído para a existência de pesquisas, tanto no âmbito educacional como em outras áreas, cada vez mais descritivas e pouco interpretativas.

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E HISTÓRIA DAS MENTALIDADES: ASPECTOS DE RECIPROCIDADE

Dentre os estudos na área de representações sociais que enfatizam aspectos históricos⁶, pode-se citar o de Jodelet (2005) que investigou uma

6. Criticando a ideia de que as relações entre história e psicologia baseiam-se na posição de que a história é que se deve beneficiar dos préstimos da psicologia, Jodelet aponta que “esta posição esquece o fato de que a psicologia deve integrar a historicidade em seus modelos para ser aplicável à história e, sobretudo, corre o risco de deixar de lado aportes da história que ultrapassam uma sensível relativização dos fenômenos que a psicologia estuda” (2003, p. 100). Na área de psicologia, podem-se citar autores que integram a historicidade em suas análises,

comunidade rural francesa na década de 70, em que os doentes mentais viviam livremente. Em suas análises, entra em cena a historicidade da loucura como objeto representacional devido à constatação de comportamentos que indicavam que os indivíduos pensavam aspectos de seu cotidiano tendo, por referência, teorizações historicamente situadas. Em trabalhos mais recentes, pode-se fazer alusão ao de Herzlich (2001) acerca da representação social da saúde, cujas considerações são próximas às desenvolvidas por Jodelet (2005) e ao de Bertrand (2003), sobre as representações sociais da vagabundagem e da mendigagem, em que a autora discute a historicidade desses objetos comparando, por meio da análise do discurso jurídico, documentos produzidos nos séculos XIX e XX.

Apesar de a teoria das representações sociais, na produção do conhecimento histórico, ser pouco referenciada, o mesmo não ocorre com o termo “representação” que, a despeito de sua polissemia atestada por Cardoso e Gomes (2000), autores que chegam mesmo a identificar sua utilização como “sinônimo de ‘interpretação’, de ‘concepção’ ou de ‘entendimento’ que vários espaços/tempos históricos produziram”⁷, tem-se caracterizado como central na atual produção das distintas correntes historiográficas⁸.

ainda que não focalizados no referencial das representações sociais, como Mitsuko Aparecida Makino Antunes, Marini Massimi, Artur Arruda Leal Ferreira, Francisco Teixeira Portugal, Ana Maria Jacó-Vilela, entre outros.

7. Para Cardoso e Gomes (2000), um dos motivos da ausência de uma definição clara do que venha a ser representação na área de história decorre do fato de que sua utilização é relativamente recente remetendo-se, inicialmente, à chamada história das mentalidades, apesar de ser mais bem instrumentalizada por Roger Chartier na abordagem da história cultural. Ainda segundo esses autores, as categorias teóricas da história das ideias remetem a consciente/inconsciente, tempo/duração, o que deu origem à introdução de conceitos como “representações coletivas”, “visões de mundo”, “espírito de época” etc. Para uma diferenciação dos conceitos de representação, ideologia e imaginário, ver Falcon (2000). Sobre as diferentes concepções do termo representação, bem como os problemas teórico-metodológicos gerados por seu uso indiscriminado na produção do conhecimento histórico, ver Cardoso e Malerba (2000). Acerca das relações entre história e representações sociais, ver Cardoso (2000).
8. Falcon (2000) chega mesmo a considerar que as relações entre história e representação devam ser analisadas por meio das noções de diferença e de identidade. Segundo esse autor, “Assim como a diferença, a representação é um conceito-chave do discurso histórico; como a identidade, é o conceito que define a natureza mesma desse discurso. Em outras palavras, no primeiro caso, representação indica uma característica do discurso histórico – sua dimensão ou função cognitiva – constituindo, assim, um conceito teórico-metodológico, isto é epistemológico. No segundo caso, representação aponta para o caráter textual e para a dimensão

Entre os trabalhos na área de história que discutem a questão da representação e que consideram aspectos psicossociais em suas análises, podem-se citar o clássico de Marc Bloch (1993), *Os reis taumaturgos*, lançado em 1924, que analisa a crença difundida na Europa de que os reis tinham o poder de curar doenças de pele com o toque, e *O grande medo*, de Georges Lefebvre (1979), que realiza um mapeamento dos comportamentos psicológicos coletivos em relação à Revolução Francesa. Nos trabalhos brasileiros, há os estudos de Carvalho (1990) que, ao investigar a formação de nossa república, aponta o fracasso da tentativa desse novo sistema de se associar a uma imagem feminina, no caso, a *Marianne* francesa. Motivo de chacota, os tablóides populares acabaram por ancorar a nova república na única imagem de mulher pública da época: a prostituta. Ou seja, como não havia representações sociais de mulheres com participações cívicas, a figura de *Marianne* não encontrou um terreno propício para ser ancorada e acabou fracassando como símbolo pátrio.

Evidentemente que, com esses exemplos, não se pretende desconsiderar aqui as diferenças de abordagem entre as áreas de história e psicologia que têm perguntas distintas, ainda que complementares, a responder. Segundo Moscovici, a perspectiva dos historiadores difere da dos psicólogos sociais na medida em que estes

...destacam a produção das ideologias e se perguntam de onde proveem as ideias que temos sobre a sociedade e a política. Essas ideias são socialmente determinadas? Qual a validade que elas podem pretender? Contudo, não são estas as questões que me apaixonam e as quais, como psicólogo social, procurarei responder. Outras são as questões da minha disciplina: Como as idéias são

linguística do discurso histórico, constituindo-se, então, num conceito ou numa questão narrativista e/ou hermenêutica" (p. 41). Feitas estas considerações, Falcon situará o debate "história e representação" no cruzamento de dois percursos historiográficos distintos que ele denomina moderno e pós-moderno. De acordo com o próprio autor, são as duas faces de Janos: "uma olha na direção da representação como categoria inerente ao conhecimento histórico; a outra olha para o lado oposto, e vê a representação como negação da possibilidade mesma desse 'conhecimento'" (p.42), em que o primeiro aspecto prefigura a historiografia moderna representada por autores como Pierre Vilar e Roger Chartier e, o segundo, a pós-moderna, representada, por exemplo, por K. Jenkins que, ao tomar a representação como oposição à objetividade, introduziria a negação do real histórico tornando a narrativa histórica indiferenciada de outras narrativas, tais como a ficcional, diluindo sua capacidade analítica.

transmitidas de geração para geração e comunicadas de um indivíduo a outro? Por que elas mudam o modo de pensar e de agir das pessoas até tornar-se parte integrante de suas vidas? (1991, p. 77)

Ainda que essas diferenças sejam sopesadas, é possível concluir que trabalhos tanto na área de história com ênfase nas representações, quanto na de representações sociais com ênfase em história, dão conta da existência de zonas de fronteiras, explicitadas em linhas gerais a seguir, que envolvem esses dois campos de saber, zonas estas já delineadas desde o trabalho inicial de Moscovici⁹, uma vez que, de acordo com esse autor, a noção de “representação coletiva”, da qual ele derivou a de representações sociais, “teria mesmo caído em desuso se não fosse uma escola de historiadores que lhe conservou os traços, ao longo de pesquisas sobre as mentalidades” (Moscovici, 2001).

Evidentemente que, apesar da origem em comum, esses termos não são inteiramente sinônimos¹⁰ nem tiveram a mesma trajetória: enquanto a história das mentalidades¹¹ teve, sobretudo no meio francês, um ápice na década de

9. Consoante Roussiau e Renard (2003), Moscovici, em *La psychanalyse, son image e son public*, elabora as primeiras referências acerca da influência do passado no pensamento por meio do desenvolvimento do processo de ancoragem (Moscovici, 1978). Contudo, segundo esses autores, é a partir do estudo conduzido por Jodelet (2005) nos anos 70 sobre as representações sociais da doença mental que a relação entre práticas e representações sociais, focalizada em aspectos históricos, se explicita.

10. Cardoso e Gomes (2000) observam que o termo mais próximo de representação social é o conceito de “utensilagem mental” [*ouillage mental*] desenvolvido por Lucien Febvre na década de 20 e ainda pouco estudado em história e que faz referência ao “conjunto de categorias de percepção, concepção, expressão e ação que estruturam a experiência tanto individual como coletiva”.

11. De acordo com Castorina (2007), “a palavra *mentalidade* provém da filosofia inglesa e refere-se à forma de pensar de um povo [...] ou seja, designa os sistemas de valores e crenças próprios de uma época ou de um grupo, o que compartilham Colombo e os marinheiros de suas caravelas ou César e seus soldados” (p. 77). Para Vovelle (1991), o conceito de mentalidade não abarca apenas o “espírito de uma época”, na medida em que pode incluir conflitos e tensões entre diferentes classes sociais. Nesse sentido, esse autor considera que a história das mentalidades pode ser compreendida como uma história das massas anônimas cujo enfoque recai sobre os “intermediários” e não mais sobre a elite. Cardoso e Gomes (2000) pontuam que as diversas vertentes da história das mentalidades utilizaram a noção de representação como constituinte das relações sociais, orientando não apenas os comportamentos coletivos, mas também as transformações do mundo social haja vista os estudos desenvolvidos por Georges Duby acerca do imaginário do feudalismo em que a representação aparece como

60, atualmente, essa noção tem se desgastado no meio acadêmico apesar de, segundo Vainfas (1997), haver recentemente um “extraordinário vigor dos estudos sobre o mental, ainda que sob novos rótulos e com outras roupagens”¹². Já a teoria das representações sociais sofreu o processo inverso: pouco usada no início, observa-se, atualmente, uma grande utilização dessa abordagem em diversas áreas do conhecimento (Jodelet, 2003).

A reciprocidade entre a teoria das representações sociais e a história das mentalidades pode ser observada, de acordo com Jodelet (2003) no que tange à definição dos objetos, ao caráter coletivo dos fenômenos estudados e à tomada de consciência da dimensão afetiva, sendo possível ainda acrescentar a preocupação com os tempos históricos: longa, média e curta duração¹³.

Também Emilani e Palmonari (2001) apontam que a abordagem da história do cotidiano¹⁴, filiada à das mentalidades (Vainfas, 1997), aproxima-se do conceito de representações sociais não apenas pelo fato de terem seu objeto de estudo focalizado no âmbito das ideias, mas por se preocuparem com uma espécie de “edificação espontânea” dos conhecimentos. Assim, Moscovici (1978), ao apresentar a ideia da existência de duas formas de racionalidade¹⁵ – o

“membrura”, “estrutura latente”, “imagem simples” que assegura a passagem dos diferentes esquemas simbólicos. Para mais informações sobre o conceito de mentalidades, ver Burke (1980, 1991) e Anières (1993).

12. Para mais informações sobre o processo que levou algumas produções historiográficas a substituir a noção de mentalidades pela de representação, ver Silva (2000).
13. Seguindo essa mesma linha de interpretação, Castorina (2007) aponta as seguintes convergências entre as representações sociais e as mentalidades: “Ambas desempenharam papel crítico notavelmente similar na história recente de cada disciplina; as notas que caracterizam as respectivas definições dessas categorias são igualmente nebulosas; por isso, suas relações com a ideologia são discutíveis, mas ilustrativas de seus traços mais relevantes; ambas são o resultado de processos do imaginário das produções intelectuais; além disso cada uma influi decisivamente sobre a vida prática dos indivíduos; finalmente, a compreensão de cada uma envolve a articulação entre sociedade e indivíduo” (p. 76).
14. Definir o que venha a ser “cotidiano” não é uma tarefa fácil, uma vez que este se apresenta sem contornos muito definidos justamente porque ele resiste a qualquer tentativa de descoberta. Assim, “quaisquer que sejam seus aspectos, o cotidiano tem uma característica essencial: ele não se deixa aprisionar. Ele escapa” (Lefebvre, apud Emilani, Palmonari, 2001).
15. O fato de Moscovici propor a existência de diferentes racionalidades não constitui, de acordo com Emilani e Palmonari (2001), nenhuma novidade, uma vez que diversos autores como Freud (processo primário e secundário), Piaget (pensamento pré-lógico e pensamento lógico), Bruner (pensamento narrativo e pensamento lógico-científico), entre outros, já haviam apontado

pensamento lógico-científico e o pensamento social, que permite que o mundo social se torne um lugar familiar e previsível –, traz, para a Psicologia Social, a preocupação com a vida cotidiana como um “lugar particular e específico de nossa experiência e do conhecimento, lugar por vezes público, por vezes privado, baseado em sentidos comuns e procedimentos partilhados de interpretação e de negociação” (Emiliani, Palmonari, 2001, p. 143).

Mais do que conceitos que guardam certa similaridade, pode-se afirmar que a própria questão da generatividade e funcionamento das representações sociais é, de certo modo, tributária dos processos ligados às mentalidades, na medida em que,

...em sua qualidade de saber socialmente construído e compartilhado, oferecendo-se como uma versão da realidade sobre e com a qual atuar, a representação é um pensamento prático e sociocêntrico [...], posta ao serviço da satisfação e justificação de necessidades, interesses e valores do grupo que a produzem. O que, por um lado, a aproxima da ideologia e, por outro, compromete o conjunto dos códigos, modelos e prescrições que, orientando a ação, participam da cultura e das mentalidades. (Jodelet, 2003, p. 102-103)

Um outro aspecto que também pode ser apontado como continuidade, tanto no plano da história quanto no da teoria das representações sociais, refere-se a uma crítica ao uso analítico da noção de “representação”, que teria ainda um aspecto mais descritivo do que explicativo em ambas as áreas¹⁶:

Muitas vezes desprovida dos instrumentos teóricos necessários à elaboração de um quadro formal e/ou conceitual de análise, a maior parte dos historiadores que trabalham nessa perspectiva faz uso limitado e quase sempre factual dessas duas noções [representação e cultura política]. Empregado de maneira isolada,

tal variedade. Contudo, segundo esses mesmos autores, a novidade trazida por Moscovici decorre do fato de ele associar esse pensamento social à ideia de consenso ao definir as representações sociais como teorias do senso comum, ou seja como “parte do conhecimento prático que se ocupa principalmente da vida cotidiana”.

16. Acerca da crítica do uso descritivo da noção de representação em um plano analítico ver, em relação à história, Silva (2000), Malerba (2000) e Capelato e Dutra (2000) e, no tocante à teoria das representações sociais, Menin e Shimizu (2004, 2005) e Arruda (2005).

sem referência ao sistema de relações teóricas das quais ele depende, o conceito de *representação* parece, em determinados casos, servir unicamente de figura retórica e de justificativa a um certo modismo intelectual. (Silva, 2000, p. 96)

Em termos de descontinuidade¹⁷, a relação entre representações sociais e mentalidades se desenvolve mais em torno das pequenas diferenças do que de grandes divergências. Como exemplo de uma delas, pode-se citar o uso indiscriminado do termo “inconsciente” que, por vezes, reduz o papel do social na ação dos indivíduos (Jodelet, 2003).

Outra diferença refere-se à questão da inércia ou do apego a mudanças praticamente imperceptíveis, o que provocou diversas críticas à história das mentalidades relacionadas, sobretudo, à ideia da temporalidade herdada da linha braudeliana. Contudo, essa diferença em relação à teoria das representações sociais tem se diluído, sobretudo após a abordagem realizada por Vovelle (1991) que insiste na efetividade analítica dos conceitos de “longa duração” e de “olhar antropológico”, bem como da necessidade de relacionar as mentalidades com totalidades históricas explicativas, pois, segundo esse autor, a ideia de inércia e imutabilidade são noções incompatíveis com o próprio ofício do historiador, traduzido, em linhas gerais, como o de explicar as transformações sociais no tempo.

De acordo com Jodelet (2003), a ótica da psicologia social difere da ótica da história em sua escala temporal, na medida em que “as mentalidades comprometem o passado e o tempo longo, as representações o término curto e um tempo acelerado, incluindo precipitações conjunturais em razão dos meios de comunicação contemporâneos”. Contudo, apesar de as representações serem comumente associadas ao tempo curto, é possível que, em algumas situações, elas apresentem uma duração temporal maior como indicam, por exemplo, os estudos de Banchs (1999) sobre gênero. Acredita-se que essa situação também seja particularmente observável naquilo que Moscovici (2003, 1988) denomina representações hegemônicas¹⁸, caracterizadas por transpassarem os grupos

17. Sobre as continuidades e descontinuidades envolvendo as noções de mentalidades e de representações sociais, ver Castorina (2007).

18. De acordo com a tipologia proposta por Moscovici (1988), há ainda as representações polêmicas que, mutuamente exclusivas, seriam determinadas pelas relações antagônicas entre os membros dos diferentes grupos e as representações emancipadas, criadas em um determinado grupo e partilhadas por outros.

e por apresentarem estabilidade estrutural e temporal, ainda que passíveis de mudança, uma vez que se ancoram nas crenças e valores culturalmente difundidos, como é o caso, por exemplo, das representações sociais de país. Isso, de certa forma, justificaria a existência de uma “regularidade de estilo”¹⁹ (Moscovici, 2003), uma espécie de continuidade nas categorias de pensamento relacionadas, por exemplo, às “comunidades imaginadas”²⁰, para utilizar a expressão cunhada por Anderson. Segundo Roussiau e Bonardi

...a inteligibilidade do processo de construção de uma representação reclama que se faça um apelo ao passado, à história, à memória, tanto para enfatizar o que do passado se insere nas novas representações (a marca do passado e, por consequência, as especificidades do presente) como para compreender como a memória e o conhecimento se articulam, como o pré-construído age sobre a aquisição de informações e saberes novos. (2002, p. 41)

Ou seja, ainda que a gênese de determinadas representações sociais possa estar no tempo histórico definido como de longa duração, elas são articuladas, necessariamente, ao tempo de curta duração, haja vista sua dependência em relação ao contexto ideológico do momento, ao grau de implicação do(s) grupo(s) que a(s) elabora(m) e à ligação e ao estilo das comunicações partilhadas por ele(s)²¹, dado que é no epicentro das representações sociais que se encontra, justamente, o sistema de valores compartilhados *a priori* por um determinado grupo, e “é no interior desse mesmo sistema de valores que se ancoram o estrangeiro e a novidade” (Gigling, Rateau, 1999, p. 64).

19. Para Moscovici (2003), a regularidade de estilo refere-se a um sentido que ultrapassa indivíduos e instituições permitindo, portanto, uma articulação com a ideia de longa duração desenvolvida por Braudel (1988). Contudo, isso não significa que elas obedeçam a uma espécie de inércia, mas sim de que não houve macromudanças em seus elementos.

20. Para Anderson (1991), o termo “comunidade imaginada” é entendido como uma construção simbólica, uma vez que “os membros da menor nação jamais conhecerão, encontrarão ou ouvirão falar da maioria de seus compatriotas e, apesar disso, na mente de cada um vive a imagem de sua comunidade” (p. 6).

21. De acordo com Jodelet (2003), “é necessário um olhar histórico para apontar os lugares de onde se operam as transformações de categorias e de estruturas do pensamento social, localizar estabilidades manifestas ou latentes” (p. 108).

Nesse sentido, a articulação entre história e representações sociais vincula-se, diretamente, a um dos principais objetivos destas últimas, que é o de transformar o estranho em familiar (Moscovici, 2003), para indicar não apenas a relação que os grupos e indivíduos estabelecem com os demais e com o seu ambiente mas também orientar a ação deles por meio de um código que permita nomear e classificar, de forma precisa, os diferentes aspectos da vida cotidiana²². É por isso que o estudo da historicidade das representações sociais é um campo privilegiado para análise dos processos de naturalização de conteúdos, sobretudo, por meio dos conceitos temporais de continuidade e mudança, conceitos estes, acrescente-se, fundamentais também para a compreensão do processo histórico.

OBJETIVAÇÃO E ANCORAGEM COMO PROCESSOS “PSICO-HISTÓRICOS”

Para a consideração da historicidade das representações sociais importa observar a ação combinada de dois processos²³, objetivação e ancoragem, que

-
22. Segundo Uribe Patiño e Acosta Ávila (2004), a função das representações sociais é, essencialmente, a de orientar as práticas e o discurso, uma vez que o exterior apresenta uma dimensão não-familiar. Nesse sentido, o estranho é aquilo que não se conhece (ou que se conhece pouco) e pode ser tanto relacionado a fenômenos biológicos, naturais ou físicos quanto a objetos da ciência e da tecnologia, bem como a instituições, aparatos ideológicos e meios sociais ou profissionais. Assim, “reinserido nas relações sociais, o objeto estranho é redefinido e reconstruído, integrado no discurso, tornando-se mais familiar e, de algum modo, é recuperado, retraduzido, retocado, em um duplo movimento de figuração e de significação” (p. 127).
23. Consoante Moliner (2001), “as representações sociais se constroem mediante processos de categorização de objetos e de pessoas, de assinalação, de inferência e de atribuição causal etc. Trata-se de processos sociocognitivos [...] suas características residem no fato de operarem sobre materiais socialmente investidos (aquilo que nos concerne e que concerne aos outros) e que são, eles próprios, socialmente determinados. O que significa que os processos sociocognitivos permitirão aos indivíduos tratar informações comuns à maior parte dos membros do grupo social, uma vez que decorrentes das mesmas experiências. Além do que, seu funcionamento, seu desdobramento serão determinados por fatores sociais comuns, também eles, aos membros de um mesmo grupo. [...] Naturalmente, os processos sociocognitivos redundam na construção de conhecimentos amplamente compartilhados. No que concerne à elaboração de representações sociais, este fator de convergência encontra-se reforçado pelos processos de ancoragem e de objetivação” (p. 17-18).

estão na base da origem e do funcionamento das representações sociais²⁴ e que concorrem para a determinação de seu conteúdo e de sua estrutura. De acordo com Jesuíno, os processos de objetivação e ancoragem

...são antes sucessivos, ou melhor, justapostos ou, ainda, paralelos, não sendo possível bem discernir qual deles está em funcionamento, dado que jamais o começo de um segue a finalização do outro. Haveria como que uma espécie de *gestalt switch* na passagem de um ao outro. Por conseguinte, a teoria parece dar as costas à integração, ela permanece aberta, sem fechamento, o que talvez não seja uma fragilidade, mas, ao contrário, a tradução da natureza dos fenômenos sobre os quais ela é erigida. (2001, p. 288)

Embora, atualmente, o processo de objetivação seja estudado investigando-se os elementos que concentram a significação do objeto representado, bem como sua articulação com a prática cotidiana no interior dos grupos sociais (Casado, Calonge, 2001), Moscovici (1978) o concebeu, inicialmente, como um processo desenvolvido em três etapas sucessivas: seleção construtiva ou descontextualização da informação; criação do núcleo ou esquema figurativo; naturalização.

Na primeira etapa, algumas informações privilegiadas são selecionadas e destacadas do contexto original de criação, sendo reorganizadas em um conjunto teórico e novamente integradas ao sistema de pensamento do grupo em questão (Di Giacomo, 1987). Segundo Paez,

...isto se dá junto a um processo de descontextualização do discurso, ou seja, este se abstrai de suas condições de produção, do aparato ideológico e do

24. O surgimento de uma representação social está atrelado, em linhas gerais, à existência de pelo menos três fatores relacionados ao posicionamento de um grupo perante um objeto socialmente significativo para ele, quais sejam: dispersão da informação, focalização e pressão à inferência. O primeiro deles decorre do fato de os indivíduos estarem expostos, em seu entorno social, a uma grande quantidade de informações dispersas e difusas que necessitam ser integradas e processadas de forma seletiva. Contudo, por razões inerentes à própria complexidade do objeto da representação, há uma dificuldade de acessar as informações efetivamente úteis ao conhecimento desse objeto, o que favorece, segundo Moliner (2001), "a transmissão indireta dos saberes e portanto a aparição de numerosas distorções". Já a focalização diz respeito à posição do grupo social em relação ao objeto da representação em que há um interesse por alguns aspectos desse objeto em detrimento de outros. Por último, a pressão à inferência ocorre quando os indivíduos aderem às opiniões dominantes do grupo.

suposto emissor, das características do objeto-conteúdo da informação e das características do receptor "vítima" do discurso. (1987, p. 307)

A segunda etapa consiste na composição de um esquema ou núcleo figurativo em que determinados elementos passam a apresentar um papel mais importante do que outros, por meio da construção de uma "estrutura imaginária tributária de uma estrutura conceitual, a qual vai conformar o núcleo central da representação" (Casado, Calonge, 2001), ou seja, o conceito converte-se aqui em imagem vinculada a ideias ou a palavras. Ayestaran, De Rosa e Páez (1987) acrescentam ainda que, apesar de o conhecimento prévio ativado ser conceitual, ele também possui aspectos figurativos que se associam com uma dimensão afetiva de modo a construir uma determinada estruturação.

A terceira e última etapa é a da naturalização, em que os elementos do esquema figurativo são percebidos pelos indivíduos como uma expressão direta daquilo que está sendo representado, ou seja, a imagem se naturaliza e é tratada como real²⁵: "o esquema figurativo vai 'ser' o fenômeno apresentado. Os conceitos se transformam em categorias sociais de linguagem que expressam diretamente a realidade. Os conceitos se ontologizam e tomam vida automaticamente" (Páez, 1987, p. 309). É justamente isso que exprime Abric (1994), ao afirmar que toda realidade é representada, não existindo realidade objetiva *a priori*. Nesse sentido, após essas três etapas, a objetivação "fornece aos indivíduos o sentimento de que seu discurso sobre o mundo não é uma construção intelectual, uma visão teórica do real, mas o simples reflexo da realidade circundante"²⁶ (Moliner, 2001).

25. Casado e Calonge (2001) observam que o produto final do processo de objetivação pode se referir "à personificação, ao uso de metáforas, a imagens físicas e analogias. Tudo isto, finalmente, se configura no que Moscovici (1981) denomina universo consensual, uma realidade, subjetiva e cambiante, construída por meio da comunicação e interação entre indivíduos, em contraste com o universo reificado, sólido e imutável próprio das ciências" (p.77).

26. De acordo com Casado e Calonge (2001), "é por meio do processo de objetivação que o abstrato se transforma em concreto, os conceitos ou ideias se transformam em algo 'real', a imagem se materializa, se acoplam palavras às coisas, o convencional passa a ser considerado indicador de fenômenos comprovados, o símbolo passa a ser signo, a palavra torna-se uma extensão do real, a ideia passa a ser não um produto intelectual, mas sim um reflexo do real, o invisível se faz visível, perceptível" (p. 76).

Contudo, a naturalização da novidade em que o abstrato se transforma em concreto, somente se completa quando esta se inscreve não apenas nas relações intergrupais, mas também nos sistemas de pensamento preexistentes por meio da ancoragem²⁷, processo pelo qual “o sistema de conhecimentos da representação se ancora na realidade social, atribuindo-lhe uma funcionalidade e um papel regulador da interação grupal.” (Páez, 1987). É por isso que, quando se identificam os pontos em que uma representação está ancorada, reconhecem-se também os domínios de conhecimento que engendram suas significações mais gerais (Moliner, 2001).

Duas formas complementares de ancoragem²⁸ são identificadas por Moliner (2001), uma corresponde ao fato de as informações acerca de um dado objeto serem interpretadas segundo os sistemas sociocognitivos existentes, de forma que os conhecimentos produzidos em um domínio possam guiar o trabalho cognitivo elaborado em outro; a outra refere-se à ideia de que os saberes produzidos e interpretados com base nesse sistema preexistente serão instrumentalizados pelos grupos sociais para legitimar suas posições, ou seja, tais saberes serão, necessariamente, classificados e etiquetados por meio de categorias e significações consideradas positivas ou negativas (Palmonari, Doise, 1986). Nesse sentido, é duplo o objetivo do processo de ancoragem dado que ele permite a construção de sistemas de pensamento e de compreensão, ao mesmo tempo em que engendra visões consensuais e aceitáveis de ação (Moscovici, 2003).

É, portanto, por meio do processo de ancoragem que a representação se enraíza nas relações sociais, com base nos quadros de pensamento pree-

27. Páez (1987), citando Codol, afirma que o termo ancoragem “se origina na Psicologia da percepção e tem que ver com o fato de que ao inserir e assinalar um sentido a uma representação se altera o sentido e a posição dos outros objetos e situações”. Já Palmonari e Doise (1986) apontam que “o termo ancoragem possui uma origem gestaltista; nesse sentido, ele poderia ser equivalente a inserir um objeto novo em um quadro de referência bem conhecido para poder interpretá-lo”.

28. Casado e Calonge (2001) apontam que Doise, ao contrário de Moliner, apresenta três diferentes “tipos” de ancoragem, quais sejam: a ancoragem psicológica (integração do conhecimento a crenças ou valores), a ancoragem psicossociológica (como os indivíduos se situam simbolicamente em razão das relações sociais) e a ancoragem sociológica (vínculo entre a representação social e o sentimento de pertencimento a um determinado grupo).

xistentes²⁹ acessados com o objetivo de familiarizar as experiências novas e estranhas (Moscovici, Vignaux, 1994) e que permitem

...integrar o objeto da representação no sistema de valores do sujeito. Mas é igualmente ele [quadro de pensamento preexistente] que traduz a inserção social e a apropriação pelos grupos sociais de uma representação emergente em um ambiente social com todos os conflitos sociais e culturais que daí se seguem. (Roussiau, Bonardi, 2001, p. 20)

Ao final, portanto, dos processos de objetivação e ancoragem, a representação vai se “saturando de realidade” (Casado, Calonge, 2001) até que, num certo momento, o estranho é convertido em familiar e passa a ser percebido como uma realidade objetiva sendo, então, incorporado à linguagem e à memória coletiva. A função social desses processos consiste, justamente, em facilitar a comunicação a partir da transformação de teorias e conceitos complexos em um instrumento para categorizar comportamentos a fim de servir de guia para a ação³⁰.

Para concluir, e retomando a ideia dos processos formadores das representações sociais, vale lembrar que, ao mesmo tempo em que a objetivação e a ancoragem operam, acessam-se, segundo Moliner (2001), os processos de comunicação coletiva (as comunicações interpessoais, os debates públicos, a mídia, as comunicações culturais etc.) que contribuem para que os indivíduos compartilhem do

29. Um exemplo do uso desses quadros de pensamento preexistente configura-se na passagem em que Pero Magalhães Gandavo, no livro *História da província de Santa Cruz* (1576), descreve o tatu por meio de referências conhecidas: “O mais fora do comum dos outros animais [...] chama-lhe tatus e são quase como leitões: têm um casco como de cágado, o qual é repartido em muitas juntas como lâminas e proporcionadas de maneira que parece totalmente um cavalo armado. Têm um rabo comprido todo coberto do mesmo casco. O focinho é como de leitão, ainda que mais delgado e só botam fora do casco a cabeça. Têm as pernas baixas e criam-se em covas como coelhos. A carne destes animais é a melhor e mais estimada que há nesta terra e tem o sabor quase como de galinha” (Gandavo, apud Zamboni, 1998).

30. Consoante Casado e Calonge (2001), “esta transferência ou integração do velho e conhecido ao novo e desconhecido tem implicações no funcionamento do conhecimento consensual. Com efeito, este conhecimento tende a reconfirmar os supostos aceitados, a verificar, mais do que contradizer; compreendemo-nos, compreendemos a outros e aos eventos em um marco de referência preexistente, a memória tende a predominar sobre a lógica, o veredicto sobre a sanção, o passado sobre o presente, a resposta sobre o estímulo e a imagem sobre a ‘realidade’ ” (p. 78).

saber por eles elaborado. Assim, se a objetivação permite a naturalização de uma construção intelectual e a ancoragem possibilita a integração de um dado objeto no sistema de valores do indivíduo e do grupo, surge, “ao mesmo tempo, um processo de comunicação coletiva, podendo revestir-se de diversas formas que acompanham e modulam os processos de produção de saber” (Moliner, 2001).

De qualquer modo, é nessa transformação do estranho em familiar que a objetivação e a ancoragem podem ser vistas como processos privilegiados para investigar a historicidade das representações sociais na medida em que estas se inscrevem nos quadros de pensamento preexistentes “tributários, a cada vez, de sistemas de crença ancorados em valores, tradições, imagens do mundo e do ser” (Moscovici, Vignaux, 1994) e que são dependentes das condições sócio-históricas não podendo, portanto, ser associados a princípios atemporais, imutáveis e anistóricos, motivo pelo qual as representações podem ser analisadas também como processos psico-históricos³¹. Assim, enquanto Guareschi e Jovchelovitch (1995) afirmam que “a dimensão cognitiva, afetiva e social estão presentes na própria noção de representações sociais”³² é a dimensão histórica

31. Além da historicidade do próprio conhecimento que constitui as representações sociais, há ainda a influência da história do grupo que as compartilha na medida em que a forma, o conteúdo e o sentido das representações variam conforme os grupos sociais existentes. De acordo com Álvarez Bermúdez (2004) e Uribe Patiño e Acosta Ávila (2004), essas variações podem ser investigadas a partir de três dimensões basilares: a primeira dimensão, denominada informativa, refere-se à quantidade, tipo, organização e comunicação das informações que o sujeito social possui acerca de um dado objeto; a segunda, denominada campo da representação, diz respeito à estrutura, organização e hierarquia das proposições relativas a esse objeto; e a terceira corresponde à dimensão atitudinal, ou seja, a atitude favorável ou desfavorável perante o objeto, incluindo as implicações emocionais que ele desperta. São essas três dimensões articuladas que se transformam em instrumento de interpretação da realidade atrelado, segundo Casado e Calonge (2001), a uma necessidade de adaptação e de manutenção do equilíbrio sociocognitivo que configura, ao sujeito coletivo, uma identidade social e é justamente por causa dessa necessidade que as representações apresentam funções sociais ligadas tanto à relação sujeito-objeto quanto à interação social a partir da descrição, classificação e explicação da realidade.

32. Guareschi e Jovchelovitch (1995) explicam da seguinte forma a existência dessas três dimensões nas representações sociais: “O fenômeno das representações sociais, e a teoria que se ergue para explicá-lo, diz respeito à construção de saberes sociais e, nessa medida, ele envolve a cognição. O caráter simbólico e imaginativo desses saberes traz à tona a dimensão dos afetos, porque, quando sujeitos sociais empenham-se em entender e dar sentido ao mundo, eles também o fazem com emoção, com sentimento e com paixão. A construção da significação simbólica é, simultaneamente, um ato de conhecimento e um ato afetivo. Tanto a cognição como os afetos que estão presentes nas representações sociais encontram a sua base na realidade social” (p. 20).

que fundamenta estas demais dimensões, de modo que a constituição mesma das representações seja dependente das variáveis históricas e esteja sempre atrelada aos conceitos temporais de permanência e mudança.

PERMANÊNCIA E MUDANÇA: A PLASTICIDADE DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

A historicidade das representações sociais se constitui em uma zona de confluência entre conteúdos com características mais estáveis, porque oriundos de épocas históricas anteriores e que são reapropriados no senso comum e conteúdos flexíveis, dependentes do contexto imediato, e que são caracterizados pela mobilidade de seus elementos.

Em outras palavras, a articulação entre permanência e mudança, é um aspecto intrínseco à historicidade das representações sociais³³ e não uma “medida externa em que a duração depende da distância cronológica que separa a dois estados distintos de um fenômeno” (Suárez Molnar, 2003, p. 98). Assim, apesar de a representação se ancorar em conhecimentos preexistentes, apreendidos segundo o efeito que estes provocam no presente³⁴, esta não perde de vista

33. Característica esta que pode ser estendida para as relações entre história e psicologia de um modo geral, pois, de acordo com Antunes (1998), “a compreensão histórica da psicologia implica o conhecimento das relações sociais nas quais ela se produz e que lhe dão as bases de sustentação e possibilidades de desenvolvimento. Faz-se necessário considerar as necessidades existentes na realidade em que se insere, nos fatores conjunturais e estruturais presentes, nas relações de força que se plasmam naquele momento histórico e naquela situação específica, nas ideologias que transitam na formação social em questão, nos valores, representações e ideias que nela veiculam. Sendo a psicologia ou, melhor dizendo, as psicologias, constituídas por conhecimentos elaborados sobre o fenômeno psicológico e propositivas de um conjunto de práticas que visa atuar sobre ele, necessário se torna identificar e situar o ponto de vista dos sujeitos que a constroem, sua inserção social, as concepções e os interesses de que se tornam porta-vozes. Não se encontram as psicologias, seus produtores e reprodutores isolados temporal ou espacialmente, e longe estão de qualquer neutralidade ou acima das ideias e práticas que permeiam a sociedade da qual fazem parte” (p. 366).

34. Faz-se uso aqui da perspectiva gadameriana da história efetual, caracterizada por aquilo que a recepção contemporânea, consegue determinar “a partir de seu horizonte de expectativas, das diversas mutações sofridas pelos conceitos ou ideias no tempo” (Jasmin, 2005, p. 30). Para Gadamer toda situação hermenêutica é historicamente determinada na medida em que “quando procuramos compreender um fenômeno histórico a partir da distância histórica que determina nossa situação hermenêutica como um todo, encontramos-nos sempre sob os efeitos dessa

seu aspecto pragmático de ser guia para ação e tradutora da realidade social, motivo pelo qual ela se define, concomitantemente, como produto e como processo (Jodelet, 1986); produto porque se constitui por meio de conteúdos oriundos de outras épocas históricas e, processo, porque ainda que se possa localizar sua origem, esta é sempre incompleta visto que outros conteúdos a alimentam, o que levou Moscovici (2003) a afirmar que “estamos sempre em uma situação de analisar representações de representações”.

A articulação proposta entre permanência e mudança como intrínseca à historicidade das representações sociais corresponde, em última análise, à dimensão estável e à dimensão dinâmica do senso comum, embora, em linhas gerais, difira da teorização do núcleo central e do sistema periférico (Abric, 2003, Flament, 1994, 1994a), na medida em que apenas a consideração da historicidade das representações sociais é que permite verificar a permanência ou mudança de um determinado conceito em momentos históricos distintos, indicando a estabilidade estrutural dos conteúdos representacionais, uma vez que a referência cronológica se torna obrigatória para identificar o que há de comum ou de diferente em uma perspectiva temporal.

Evidentemente que não se trata de afirmar que as vertentes sociológica e estrutural consideram a teoria das representações sociais como um fenômeno anistórico. O próprio Abric (1994), representante da linha estrutural, alega que “as representações sociais são fortemente marcadas por sua inscrição em um processo temporal e histórico”, motivo pelo qual a teoria do núcleo central, tributária

história efetual. Ela determina de antemão o que se mostra a nós de questionável e como objeto de investigação, e nós esquecemos logo a metade do que realmente é, mais ainda, esquecemos toda a verdade deste fenômeno, a cada vez que tomamos o fenômeno imediato como toda a verdade” (2002, p. 449, t. 1). Isso não significa que Gadamer proponha que a história efetual seja uma disciplina auxiliar do que ele denomina de ciências do espírito, e, sim, que se reconheça que seus efeitos operam em qualquer compreensão, independentemente da consciência disso, advertindo que “quando se nega a história efetual na ingenuidade da fé metodológica, a consequência pode ser até uma real deformação do conhecimento. Isso nos é conhecido através da história da ciência, como a execução de uma prova irrefutável de coisas evidentemente falsas. Mas, em seu conjunto, o poder da história efetual não depende de seu reconhecimento. Tal é precisamente o poder da história sobre a consciência humana limitada: o poder de impor-se inclusive aí, onde a fé no método quer negar a própria historicidade. Daí a urgência com que se impõe a necessidade de tornar consciente a história efetual: trata-se de uma exigência necessária à consciência científica” (2002, p. 450, t. 1).

dessa linha, propõe variados mecanismos de coleta e análise dos dados para a identificação dos elementos que compõem seu núcleo e seu sistema periférico.

Nesse sentido, trabalhos fundamentados em uma abordagem estrutural, se trazem uma preocupação com a dimensão histórica de uma determinada representação, não se podem basear apenas na técnica de associação livre³⁵, uma vez que considerar apenas os indicadores de frequência e de posição de evocação é enfatizar o conhecimento inferido de uma experiência direta dos sujeitos em relação às informações disponíveis na atualidade, o que pode fazer com que se considerem permanentes e, portanto, estáveis ou centrais, elementos advindos não necessariamente da vida social.

A observação da historicidade das representações sociais gera, portanto, parâmetros que permitem interpretar como permanentes apenas aqueles elementos que efetivamente emergem da vida social, o que leva à conclusão de que mesmo uma abordagem estrutural – ou ainda sociológica, que trabalha em torno da ideia dos princípios organizadores das representações (Doise, 1986) – não prescinde de um exame histórico desses elementos. Evidentemente que, com isso, não se tem a intenção de afirmar que todas as pesquisas em representações sociais devam considerar sua historicidade como objeto de estudo, uma vez que essa escolha está atrelada à pergunta elaborada pelo pesquisador. Contudo, se a intenção é investigar processos de generatividade, bem como a construção da estabilidade ou mesmo dos princípios organizadores das representações sociais, então, não há como desconsiderar a dimensão histórica uma vez que somente o estudo das representações sociais, aliado a uma análise histórica de seu conteúdo, é que permite verificar se a permanência de um conteúdo corresponde à respectiva permanência de seu significado ainda que seja outro o contexto histórico de sua utilização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A contribuição de uma análise que considere a historicidade das representações sociais oferece, portanto, a possibilidade de, ao sopesar sua dimensão estável e dinâmica, estabelecer um referencial analítico e interpretativo acerca

35. Em linhas gerais, essa técnica, determinada pela combinação proposta por J.B.Grize, P. Vergès e A. Sillem entre três indicadores, quais sejam a frequência de um dado elemento, seu *ranking* de aparição na evocação do sujeito e a importância que este atribui ao item evocado, consiste em solicitar que o respondente diga quatro ou cinco palavras que lhe vêm à cabeça diante de um termo indutor específico (Abric, 2003).

do conteúdo representacional no sentido de investigar os processos que o constitui, contribuindo, com isso, para sua desnaturalização, ou seja, para a compreensão de que ele é parte de uma construção histórica e não uma espécie de “universal abstrato”, na medida em que permite tornar visível a “experiência histórica de nossa sociedade”³⁶, que se expressa na atualização de elementos do passado presentificados nas representações sociais contemporâneas.

Isso pressuposto, do ponto de vista dos quadros estruturantes da representação social, a presença de elementos oriundos de uma base de conhecimento constituída em uma outra época histórica é um fato inerente à própria natureza da representação, o que “prova que ainda há conexões profundas entre problemas que se formulam e são vividos de maneira diferente”, conforme Koselleck em entrevista concedida a Fernández Sebastián e Fuentes (2006, p. 138), pelo fato de ser outro o contexto histórico. Sendo assim, apenas uma análise histórica, articulada à uma perspectiva psicossocial, permite discutir o contexto que possibilitou o estabelecimento de certos conteúdos representacionais em detrimento de outros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRIC, J-C. Pratiques sociales, représentations sociales. In: _____. (Org.). *Pratiques sociales e représentations*. Paris: Presses Universitaires de France, 1994. p. 217-238.

_____. La Recherche du noyau central et de la zone muette des représentations sociales. In: _____.(Org.). *Méthodes d'étude des représentations sociales*. Ramonville Saint-Agne: Érès, 2003. p. 59-80.

_____. Les Représentations sociales: aspects théoriques. In: _____.(Org.). *Pratiques sociales e représentations*. Paris: Presses Universitaires de France, 1994, p. 11-35.

36. Wagner (2003), muito provavelmente inspirado em Walter Benjamin, apresenta uma imagem para essa situação. De acordo com ele, “o senso comum é como uma boneca turca na velha história do autômato jogo de xadrez. A boneca foi feita tal como se ela estivesse sentada numa mesa, em frente a um tabuleiro de xadrez, fumando cachimbo. Um inteligente arranjo de espelhos faz a mesa parecer real de modo que alguém pode olhar por baixo. Na verdade, entretanto, um homem anão estava sentado embaixo de quem parecia o mestre de xadrez. Ele dirigia os movimentos da boneca jogando xadrez assim como a experiência histórica de nossa sociedade dirige nossos movimentos, na prática diária. Assim como o anão era invisível ao observador, assim como a experiência histórica de nossa sociedade é invisível para nós, os atores” (p. 18-19).

ÁLVAREZ BERMÚDEZ, J. El Contexto social y teórico del surgimiento de la teoría de las representaciones sociales. In: ROMERO RODRÍGUEZ, E. (Ed.). *Representaciones sociales: atisbos, cavilaciones del devenir de cuatro décadas*. México: Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, 2004. p. 29-53.

ANDERSON, B. *Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism*. 2. ed. rev. London: Verso, 1991.

ANTUNES, M. A. M. Algumas reflexões acerca dos fundamentos da abordagem social em história da psicologia. In: BROZEK, J.; MASSIMI, M. *Historiografia da psicologia moderna: versão brasileira*. São Paulo: Unimarco; Loyola, 1998. p. 363-374.

ARIÈS, P. A História das mentalidades. In: LE GOFF, J. (Dir.). *A História nova*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

ARRUDA, A. Despertando do pesadelo: a interpretação. In: MOREIRA, A. S. P et al. (Org.). *Perspectivas teórico-metodológicas em representações sociais*. João Pessoa: UFPB, 2005. p. 229-258.

AYESTARAN, S.; DE ROSA, A.; PÁEZ, D. Représentation social, procesos cognitivos y desarrollo de la cognición social. In: PÁEZ, D. et al. *Pensamiento, individuo y sociedad: cognición y representación social*. Madrid: Fundamentos, 1987. p. 16-70. (Psicología básica y clínica)

BANCHS, M. A. Representaciones sociales, memoria social e identidad de género. *Revista Akademos*, Caracas, n. 2, p. 59-76, 1999.

BERTRAND, V. Dimension historique des représentations sociales: l'exemple du champ sémantique de la notion d'exclusion. *Bulletin de Psychologie*, v. 55, n.5, p. 497-502, sept./oct. 2002.

_____. La Mendicité et l'état dangereux: l'historicité des représentations sociales dans le discours juridique. *Connexions*, Paris, v. 2, n. 80, p. 132-150, 2003.

BLOCH, M. *Os Reis taumaturgos*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

BRAUDEL, F. *O Espaço e a história no Mediterrâneo*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

BURKE, P. *A Escola dos Annales, 1929-1989: a revolução francesa da historiografia*. São Paulo: Unesp, 1991.

_____. *Sociologia e história*. Porto: Afrontamentos, 1980. (Histórias & ideias, n. 4)

CAPELATO, M. H. R.; DUTRA, E. R. Representação política: o reconhecimento de um conceito na historiografia brasileira. In: CARDOSO, C. F.; MALERBA, J. (Org.). *Representações: contribuições para um debate transdisciplinar*. Campinas: Papirus, 2000. p. 227-267. (Textos do tempo)

CARDOSO, C. F. Introdução: uma opinião sobre as representações sociais. In: CARDOSO, C. F.; MALERBA, J. (Org.). *Representações: contribuições para um debate transdisciplinar*. Campinas: Papyrus, 2000. p. 9-39. (Textos do tempo)

CARDOSO, C.; MALERBA, J. (Org.). *Representações: contribuições para um debate transdisciplinar*. Campinas: Papyrus, 2000. (Textos do tempo)

CARDOSO, M. H. C. A.; GOMES, R. Representações sociais e história: referenciais teórico-metodológicos para o campo da saúde coletiva. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, n. 16, v. 2, p. 499-506, abr./jun. 2000.

CARVALHO, J. M. *A Formação das almas: o imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

CASADO, E.; CALONGE, S. *Conocimiento social y sentido comum*. Caracas: Fondo Editorial de Humanidades y Educación, 2001. (Estudios: Letras)

CASTORINA, J. A. Um encontro de disciplinas: a história das mentalidades e a psicologia das representações sociais. In: CARRETERO, M.; ROSA, A.; GONZÁLEZ, M. F. (Org.). *Ensino da história e memória coletiva*. Porto Alegre: Artmed, 2007. p. 75-88.

DI GIACOMO, J. P. Teoría y método de analisis de las representaciones sociales. In: PÁEZ, D. et al. *Pensamiento, individuo y sociedad: cognición y representación social*. Madrid: Fundamentos, 1987. p. 278-295. (Psicología básica y clínica)

DOISE, W. Les Représentations sociales: définition d'un concept. In: DOISE, W.; PALMONARI, A. (Dir.). *L'Étude des représentations sociales*. Lausanne: Delachaux et Niestlé, 1986. p. 81-94. (Textes de base en sciences sociales)

EMILANI, F.; PALMONARI, A. Psychologie sociale et question naturelle. In: BUSCHINI, F.; KALAMPALIKIS, N. (Org.). *Penser la vie, le social, la nature: mélanges en l'honneur de Serge Moscovici*. Paris: Maison des Sciences de l'Homme, 2001. p. 129-144.

FALCON, F. J. C. História e representação. In: CARDOSO, C. F.; MALERBA, J. (Org.). *Representações: contribuições para um debate transdisciplinar*. Campinas: Papyrus, 2000. p. 41-79. (Textos do tempo)

FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, J.; FUENTES, J. F. Entrevista com Reinhart Koselleck. In: JASMIN, M. G.; FERES JÚNIOR, J. (Org.). *História dos conceitos: debates e perspectivas*. Rio de Janeiro: PUC-Rio; Loyola; luperj, 2006. p. 135-169.

FLAMENT, C. Aspects périphériques des représentations sociales. In: GUIMELLI, C. (Org.). *Structures et transformations des représentations sociales*. Lausanne: Delachaux et Niestlé, 1994. p. 85-118. (Textes de base en sciences sociales)

_____. Structure, dynamique et transformation des représentations sociales. In: ABRIC, J.-C. (Org.). *Pratiques sociales et représentations*. Paris: PUF, 1994a. p. 37-57. (Psychologie sociale)

GADAMER, H.-G. *Verdade e método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. 4. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002. t. I e 2. (Pensamento humano)

GIGLING, M.; RATEAU, P. Les Six épreuves des Gopa: une étude expérimentale du processus d'ancrage. In: ROUQUETTE, M.-L.; GARNIER, C. (Org.). *La Genèse des représentations sociales*. Montréal: Nouvelles, 1999. p. 63-85.

GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. Introdução. In: GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (Org.). *Textos em representações sociais*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 17-25.

GUIMELLI, C.; REYNIER, J. Structuration progressive d'une représentation sociale: la représentation de l'infirmière. In: ROUQUETTE, M.-L.; GARNIER, C. (Dir.). *La Genèse des représentations sociales*. Montréal: Nouvelles, 1999. p. 171-181.

GURZA LAVALLE, A. *Vida pública e identidade nacional: leituras brasileiras*. São Paulo: Globo, 2004.

HERZLICH, C. Les Représentations sociales de la santé et la santé en mutation: un regard rétrospectif et prospectif sur la fécondité d'un concept. In: BUSCHINI, F.; KALAMPALIKIS, N. (Org.). *Penser la vie, le social, la nature: mélanges en l'honneur de Serge Moscovici*. Paris: Maison des Sciences de l'Homme, 2001. p. 189-200.

HOBSBAWM, E. J. Introdução: a invenção das tradições. In: HOBSBAWM, E. J.; RANGER, T. (Org.). *A Invenção das tradições*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p. 9-23. (Pensamento crítico, 55)

JASMIN, M. G. História dos conceitos e teoria política e social: referências preliminares. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 20, n. 57, p. 29-38, fev. 2005.

JESUÍNO, J. C. Ancrages. In: BUSCHINI, F.; KALAMPALIKIS, N. (Org.). *Penser la vie, le social, la nature: mélanges en l'honneur de Serge Moscovici*. Paris: Maison des Sciences de l'Homme, 2001. p. 267-291.

JODELET, D. *Loucuras e representações sociais*. Petrópolis: Vozes, 2005.

_____. Pensamiento social e historicidad. *Relaciones*, México, v. 24, n. 93, p. 97-114, 2003.

_____. La Representación social: fenómenos, concepto y teoría. In: MOSCOVICI, S. (Comp.). *Psicología social*, 2: Pensamiento y vida social. Psicología y problemas sociales. Barcelona: Paidós, 1986. p. 470-494.

KOSELLECK, R. Estructuras de repetición en el lenguaje y en la historia. *Revista de Estudios Políticos*, Madrid, n. 134, p. 17-34, oct./dez. 2006.

_____. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006a.

_____. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 134-146, 1992.

LALANDE, A. *Vocabulário técnico e crítico da filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

LEFEBVRE, G. *O Grande medo de 1789: os camponeses e a revolução francesa*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

MALERBA, J. Conclusão: as representações numa abordagem transdisciplinar: ainda um problema indócil, porém mais bem equacionado. In: CARDOSO, C. F.; MALERBA, J. (Org.). *Representações: contribuições para um debate transdisciplinar*. Campinas: Papyrus, 2000. p. 269-288. (Textos do tempo)

MARKOVÁ, I. *Dialogicidade e representações sociais: a dinâmica da mente*. Petrópolis: Vozes, 2006. (Psicologia social)

MENIN, M. S. S.; SHIMIZU, A. M. Educação e representação social: tendências de pesquisa na área: período de 2000 a 2003. In: _____. (Org.). *Experiência e representação social: questões teóricas e metodológicas*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005. p. 93-130.

_____. Representação social e educação: características das produções brasileiras nos últimos congressos de educação e de representação social. *Cadernos de Educação*, Pelotas, v. 13, n. 22, p. 173-199, 2004.

MOLINER, P. Formation et stabilisation des représentations sociales. In: _____. (Dir.). *La Dynamique des représentations sociales: pourquoi et comment les représentations se transforment-elles?* Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble, 2001. p.15-41. (Vies sociales)

_____. Une approche chronologique des représentations sociales. In: _____. (Dir.). *La Dynamique des représentations sociales: pourquoi et comment les représentations se transforment-elles?* Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble, 2001. p. 245-268. (Vies sociales)

MOSCOVICI, S. Das Representações coletivas às representações sociais: elementos para uma história. In: JODELET, D. (Org.). *As Representações sociais*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001. p. 45-66.

_____. La Fin des représentations sociales? (débattant Jean Maisonneuve). In: AEBISCHER,

V.; DECONCHY, J-P; LIPIANSKY, E. M. (Ed.). *Idéologies et représentations sociales*. Suisse: Delval, 1991. p. 65-84.

_____. Notes toward a description of social representations. *European Journal of Social Psychology*, v. 18, p. 211-250, 1988.

_____. *A Representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

_____. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis: Vozes, 2003.

MOSCOVICI, S.; VIGNAUX, G. Le Concept de thémata. In: GUIMELLI, C. (Dir.). *Structures et transformations des représentations sociales*. Lausanne: Delachaux et Niestlé, 1994. p. 25-71. (Textes de base en sciences sociales)

PÁEZ, D. Características, funciones y proceso de formación de las representaciones sociales. In: PÁEZ, D. et al. *Pensamiento, individuo y sociedad: cognición y representación social*. Madrid: Fundamentos, 1987. p. 297-317. (Psicología básica y clínica)

PALMONARI, A.; DOISE, W. Caractéristiques des représentations sociales. In: DOISE, W.; PALMONARI, A. (Org.). *L'Étude des représentations sociales*. Lausanne: Delachaux et Niestlé, 1986. p. 12-33. (Textes de base en sciences sociales)

PEREIRA, L. R. *A História e "o diálogo que somos": a historiografia de Reinhart Koselleck e a hermenêutica de Hans-Georg Gadamer*. 2004. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

ROUQUETTE, M-L.; GUIMELLI, C. Sur la cognition sociale, l'histoire et le temps. In: ROUQUETTE, M-L.; GUIMELLI, C. (Org.). *Structures et transformations des représentations sociales*. Lausanne: Delachaux et Niestlé, 1994. p. 255-266. (Textes de base en sciences sociales)

ROUSSIAU, N.; BONARDI, C. Quelle place occupe la mémoire sociale dans le champ des représentations sociales? In: LAURENS, S.; ROUSSIAU, N. (Dir.). *La Mémoire sociale: identités et représentations sociales*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2002. p. 33-49. (Didact, psychologie sociale)

_____. *Les Représentations sociales: état des lieux et perspectives*. Sprimont: Mardaga, 2001.

ROUSSIAU, N.; RENARD, E. Des représentations sociales à l'institutionnalisation de la mémoire sociale. *Connexions*, Paris, v. 2, n. 80, p. 31-41, 2003. (Mémoire collective et représentations sociales)

SCHAFF, A. *História e verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SILVA, H. R. A História como "a representação do passado": a nova abordagem da historiografia francesa. In: CARDOSO, C. F.; MALERBA, J. (Org.). *Representações: contribuições para um debate transdisciplinar*. Campinas: Papirus, 2000. p. 81-99. (Textos do tempo)

SUÁREZ MOLNAR, R. De la naturaleza histórica de la realidad social. *Historia, Teoría y Psicología Social*, México, v. 1, p. 83-100, oct. 2003.

URIBE PATIÑO, F. J.; ACOSTA ÁVILA, M. T. Las Representaciones sociales: in tempore opportuno. In: ROMERO RODRÍGUEZ, E. (Ed.). *Representaciones sociales: astibos, cavilaciones del devenir de cuatro décadas*. México: Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, 2004. p. 119-137.

VAINFAS, R. História das mentalidades e história cultural. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (Org.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. 13. reimp. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997. p. 127-162.

VILLAS BÔAS, L. P. S. *Brasil: ideia de diversidade e representações sociais*. 2008. Tese (Doutorado em Educação: Psicologia da Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

VILLAS BÔAS, L. P. S.; SOUSA, C. P. Representações sociais e história: limites e possibilidades. In: MOREIRA, A. S. P.; CAMARGO, B. V. (Org.). *Contribuições para a teoria e método de estudo das representações sociais*. João Pessoa: UFPB, 2007. p. 153-180.

VOVELLE, M. *Ideologias e mentalidades*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

WAGNER, W. História, memória e senso comum em representações sociais e interdisciplinaridade. In: MOREIRA, A. S. P.; JESUÍNO, J. C. (Org.). *Representações sociais: teoria e prática*. 2. ed. rev. e ampl. João Pessoa: UFPB, 2003. p.15-28.

ZAMBONI, E. Representações e linguagens no ensino de história. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 18, n. 36, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010201881998000200005&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 10 jan. 2007.

Recebido em: janeiro 2009

Aprovado para publicação em: junho 2009